

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: rr0zqb8u SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 14/01/2026 Requerimento nº 10/2026 Protocolo nº 205/2026	
Autor: Dep. Wilson Santos		

Com arrimo no art. 177, caput, do Regimento Interno desta Casa de Leis c/c o art. 27 e 28 da Constituição Estadual requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que aprove o presente REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES, a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Mauro Mendes, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Fazenda Rogério Luiz Gallo, para que prestem as seguintes informações:

1 – Qual foi o valor total pago pelo Estado de Mato Grosso a título de precatórios nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, especificando, neste último caso, os pagamentos realizados até o mês de junho de 2025?

2 – Qual era o valor que o Estado de Mato Grosso tinha a obrigação legal mínima de pagar a título de precatórios em cada um dos períodos mencionados (2023, 2024 e 2025 até junho), conforme a legislação vigente?

3 – Se havendo pagamento além do mínimo legal em qualquer dos exercícios mencionados:

a) qual foi o fundamento legal e o motivo do pagamento a maior;

b) qual o benefício para o Estado com tal medida?

4 – Requeiro, ainda, a relação nominal de todos os contemplados com o pagamento de precatórios nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 (até junho), contendo, de forma individualizada, os valores pagos a cada credor.

JUSTIFICATIVA

A transparência na gestão pública constitui princípio basilar da Administração Pública e é essencial para o fortalecimento da confiança da população nas instituições, bem como para a adequada prestação de contas acerca da aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, é dever do Poder Legislativo, e especialmente dos representantes do povo, fiscalizar as ações do Poder Executivo, inclusive no que se refere aos pagamentos de precatórios.

A gestão responsável e planejada dos recursos públicos é imprescindível para assegurar o equilíbrio fiscal do Estado e a sustentabilidade de suas políticas públicas. O acesso a informações detalhadas sobre os

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

valores pagos a título de precatórios, o cumprimento das obrigações legais mínimas e eventuais pagamentos superiores ao exigido por lei possibilita avaliar a saúde financeira do Estado de Mato Grosso e identificar possíveis impactos na sua estabilidade econômica.

O Parlamento Estadual exerce papel fundamental no controle dos atos do Poder Executivo, garantindo que os interesses da sociedade sejam preservados. O conhecimento acerca dos pagamentos de precatórios realizados nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 (até junho) permite o acompanhamento contínuo por parte dos parlamentares e da sociedade civil, favorecendo o debate público qualificado e a identificação de eventuais distorções que demandem correção.

Dessa forma, a solicitação das informações ora requeridas se justifica como medida indispensável para promover a transparência, assegurar a responsabilidade fiscal, verificar o cumprimento da legislação pertinente e fortalecer o controle social sobre a gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente requerimento pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 14 de Janeiro de 2026

Wilson Santos
Deputado Estadual